

ANÁLISE DE PADRÕES NÃO-FLEXIONAIS NAS MARCAS DE MODO-TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA

Vítor de Moura Vivas*

Resumo: Neste artigo, demonstramos a existência de padrões não-flexionais nas marcas verbais de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) no português. Através da análise de exemplos, evidenciamos que, muitas vezes, essas marcas apresentam características de afixos derivacionais. Esses aspectos derivacionais não podem ser ignorados e indicam que a separação total entre flexão e derivação não parece ser a melhor maneira de descrever os afixos do português. Nosso aporte teórico é funcionalista-cognitivista, visto que acreditamos que a categorização por protótipos é mais eficiente que a categorização discreta. No entanto, neste trabalho, tentamos demonstrar, através da análise de critérios que, geralmente, separam flexão e derivação, a existência de padrões derivacionais no uso de marcas de MTA e NP. Sendo assim, o objetivo é evidenciar a necessidade de um olhar gradiente para esses afixos.

Palavras-chave: Morfologia. Flexão. Derivação. Verbo.

Abstract: In this article, we demonstrate the existence of non-inflectional patterns in verbal marks of mode-time-aspect (MTA) and number-person (NP) in Portuguese. Through the analysis of examples, we showed that, often, these marks have characteristics of derivational affixes. These derivational aspects can't be ignored and indicate that the total separation between inflection and derivation does not seem the best way to describe affixes of the Portuguese. Our theoretical basis is functionalist-cognitivist, since we believe that the categorization by prototypes is more efficient than the discrete categorization. However, in this work, we try to demonstrate, through the analysis of criteria which usually separate inflection and derivation, the existence of derivational patterns in the use of marks of MTA and NP. Thus, the goal is to highlight the need for a gradient approach to these affixes.

Keywords: Morphology. Inflection. Derivation. Verb.

Introdução

Gonçalves (2005; 2011) explicita um conjunto de critérios objetivos utilizados na literatura morfológica, de base estruturalista e gerativista, para distinguir afixos flexionais de derivacionais. Relevância sintática, meios de materialização, lexicalização, mudança de classe e posição da cabeça lexical são alguns dos critérios apontados pelo autor. Segundo Gonçalves (2005; 2011), uma análise efetiva dos dados através desses critérios aponta para semelhanças entre os processos flexional e derivacional: “é extremamente difícil encontrar afixos ‘bem-

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil, vitorvivas@yahoo.com.br.

comportados’, em que todos os critérios levem à mesma caracterização” (GONÇALVES, 2011, p. 68).

Neste artigo, inspecionamos as marcas de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) através de alguns critérios objetivos, demonstrando que há características derivacionais nesses formativos. Com isso, evidenciamos que um olhar que considera essas marcas verbais como totalmente flexionais não é inteiramente adequado para a morfologia verbal.

Nossa fundamentação é de base funcionalista-cognitivista, visto que acreditamos em noções caras ao Cognitivismo como a gradiência, a radialidade. Acreditamos que a categorização por protótipos é mais eficiente que a categorização discreta. Desse modo, em nossas pesquisas, fundamentamo-nos em autores que defendem que há semelhanças entre os diferentes processos morfológicos; estas não podem ser desconsideradas numa análise linguística.

Mesmo nos filiando ao aporte teórico funcionalista-cognitivista, não pretendemos, neste artigo, detalhar como definiríamos as marcas de MTA e NP através de uma categorização por protótipo. Nosso objetivo é evidenciar que a consideração desses afixos como totalmente flexionais não é condizente com exemplos que ocorrem no uso. Em outras palavras, através da análise de critérios objetivos – estratégia geralmente usada pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo para separar flexão e derivação – demonstramos que é necessário um olhar gradiente para esses processos morfológicos.

O olhar da Gramática Tradicional para a flexão

Rocha Lima (1972) e Cunha e Cintra (1985) não abordam explicitamente características da flexão. Entretanto, subentende-se pela abordagem do conceito de desinência que, para os autores, flexão e derivação são processos distintos. Sendo assim, opõem-se claramente as desinências aos afixos derivacionais. Segundo Rocha Lima (1972, p. 168), “desinência é o morfema indicativo das flexões das palavras, isto é, das variações por que elas passam para expressar as categorias de gênero e número (nos nomes) e de pessoa, número, modo e tempo (nos verbos)”.

Convém observar que Cunha e Cintra (1985), na definição de desinências verbais, só apontam as marcas número-pessoais como exemplo. As marcas de modo-tempo só são citadas como desinências numa nota de observação, cuja função é pensar na distinção entre sufixo e desinência. Não citar as marcas de modo-tempo na definição como desinência parece ser um

cuidado dos autores que, muito provavelmente, verificaram que essas marcas apresentavam características derivacionais evidentes.

Flexão e derivação no português – abordagens formalistas

Câmara Jr. (1970) opõe totalmente os processos flexional e derivacional. Para o autor, a flexão é sistemática e obrigatória. A natureza da frase leva a que se utilize um morfema flexional; além disso, esse processo morfológico não ocasiona a criação de novos vocábulos. Desse modo, a flexão, diferente da derivação, é sistemática, obrigatória e estabelece paradigmas:

O resultado da derivação é um novo vocábulo. Entre ele e os demais vocábulos similares derivados há esse tipo de <<relações abertas>>, que, segundo Halliday, caracteriza o léxico de uma língua em face da gramática. Nesta, o que se estabelece são <<relações fechadas>> (Halliday, 1962, p.9). É uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre cantávamos e todas as demais formas do verbo cantar. (CÂMARA JR., 1970, p. 82).

Para o autor, a flexão marca-se pela sistematicidade, obrigatoriedade, faz parte da gramática. Já a derivação encontra-se no léxico, sendo assim não é obrigatória e nem estabelece paradigmas exaustivos. Por defender essa visão, Câmara Jr (1972) afirma que o grau seria derivacional. Já número, gênero, modo e tempo são entendidos pelo autor como flexionais.

Posteriormente, essa visão de que derivação seria o espaço da irregularidade, do assistemático foi derrubada na Linguística. No Gerativismo, Jackendoff (1975) demonstra que o léxico é regular, é um conjunto de entradas lexicais que mantêm relações entre si. Essas relações lexicais, chamadas regras de redundância (RAE's), fazem com que as palavras sejam aprendidas sem custo. O conhecimento lexical do falante consiste não só na lista de palavras existentes, mas também nas relações existentes entre essas palavras.

Sendo assim, a ideia inicial gerativista (CHOMSKY, 1970) de que o léxico seria assistemático e se constituiria de uma lista desordenada de palavras não se coaduna completamente com os dados na derivação. Basílio¹ (1980; 1987) demonstra de forma efetiva

¹ Basílio (1980) distingue-se de Aronoff (1976) e Jackendoff (1975), porque estes estavam focados nas relações lexicais existentes na produção de palavras novas na língua. Já Basílio demonstra que, às vezes, ocorrem essas relações lexicais (regras de redundâncias – RAE's) mesmo quando não há produção de novas palavras (RFP's). Em outras palavras, uma RFP pressupõe uma RAE, mas pode haver uma RAE mesmo que não ocorra uma RFP (não há criação de nova palavra). Para comprovar a existência de RAE's sem RFP's correspondentes, Basílio (1980) demonstra que há uma série de substantivos em *-ção* sem formas verbais correspondentes. 'Asserção', por exemplo, não deriva de um verbo, mas o falante entende o significado do sufixo por fazer análise estrutural, compara com outros substantivos em *-ção* derivados de verbos (ocorrem RAE's).

como o léxico do português tem uma ordenação e sistematização; as formas ordenadas são relacionadas e, por isso, são aprendidas naturalmente pelos falantes.

É possível observar as divergências entre as abordagens tradicional e formalista. Cunha e Cintra (1985), em uma Gramática Tradicional, não definem as marcas de modo-tempo como desinências. Na linguística estruturalista, Câmara Jr. classifica o grau como derivacional. Isso demonstra que a inspeção de um afixo como flexional ou derivacional não é, muitas vezes, uma tarefa simples. Em outras palavras, é frequente a possibilidade de marcas consideradas flexionais, pela tradição gramatical e pelo Estruturalismo, apresentarem características derivacionais. Abaixo, demonstramos algumas características derivacionais encontradas em nossa pesquisa nas marcas verbais de MTA e NP no português.

Marcas de MTA e NP: criação de palavras

Geralmente, afirma-se, em morfologia, que marcas flexionais não possibilitam a criação de vocábulos nas línguas (BOCHNER, 1984; COLNAGHI, 2006; ROSA, 2000). No entanto, verificamos que formas verbais que informam conteúdos de MTA e NP podem participar do processo de formação de palavras em português. Existem formas de particípio, gerúndio e infinitivo que se envolvem no processo de expansão lexical através do uso de sufixos:

(1) *'quebrado'* > 'quebradiço'. *'cansado'* > 'cansadíssimo'; *'bolada'* > 'boladona'; *'animada'* > 'animadíssima'; *'babado'* > 'babadão', *'orientando'* > 'orientandozinho', 'orientandozão'; *'olhar'* > 'olharzão'; *'andar'* > 'andarzinho'.

Há também formas verbais variadas em modo-tempo-aspecto e número-pessoa que servem de base a processos de composição ('*Maria-vai-com-as-outras*'; '*porta-copos*'; '*guarda-chuva*') e de reduplicação ('*corre-corre*'; '*bate-bate*'). Nesses casos, em que as formas verbais servem de base à composição e à reduplicação, os conteúdos de MTA e NP são PRESENTE DO INDICATIVO e P3². A observação de dados modificados em MTA e NP em bases que participam da produção de palavras na língua evidencia a existência de atributos derivacionais naquilo que é considerado flexional para a tradição.

² P3 representa a terceira pessoa do singular; P1, a primeira do singular e P2, a segunda do singular. P4, P5 e P6 indicam a primeira, a segunda e a terceira pessoa do plural respectivamente.

O uso improdutivo de marcas de MTA

Em morfologia, costuma-se afirmar que marcas flexionais são produtivas. Booij (2006) defende que, quando existem duas estratégias flexionais que preenchem uma mesma função, há uma tendência de que uma dessas estratégias seja improdutivo. No português, o uso de afixo (-ra) para indicar a noção de ‘pretérito mais-que-perfeito’ caiu em desuso na língua; muitos falantes nem reconhecem mais essa marca. A improdutividade desse expediente formal ocorreu devido à concorrência com a estratégia sintática ‘verbo auxiliar ter ou haver no pretérito imperfeito + verbo principal no particípio’ (‘tinha jogado’ / ‘havia jogado’).

Outros conteúdos que apresentam mais de um tipo de materialização possível parecem passar por processos semelhantes. Sendo assim, no uso falado da língua, a estratégia mais produtiva de informação de FUTURO DO PRESENTE é a sintática: ‘verbo ir no presente do indicativo + verbo no infinitivo’ (‘vou jogar’, ‘vou vender’). O expediente morfológico (acréscimo de -re / -ra) é cada vez menos utilizado. Para a indicação de ordem, conselho, o imperativo, muitas vezes, parece ser menos utilizado que as outras duas estratégias: ‘presente do indicativo’ (‘joga’ / ‘jogam’) e ‘sujeito (interlocutor) + futuro’ (‘você jogará’ / ‘você vai jogar’).

Marcas de MTA: não-obrigatoriedade

Autores que distinguem, de modo discreto, flexão e derivação costumam afirmar que marcas flexionais são obrigatórias, são exigidas pelo contexto sintático: “A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito ‘obrigatoriedade sintática’” (GONÇALVES, 2011, p. 12).

Tendo em vista as marcas verbais, afixos de NP, realmente, são utilizados para atender à sintaxe; ocorrem para concordar com o sujeito da sentença. Quanto às marcas de MTA, só podemos afirmar que há obrigatoriedade nos casos em que um conteúdo modo-tempo-aspectual está subordinado a outro:

(2) Eu gostaria que você *trabalhasse* comigo.

Espero que você *trabalhe* comigo.

Esperava que você *trabalhasse*.

Nesses contextos de período composto, o verbo da oração subordinada é utilizado no pretérito imperfeito do subjuntivo, presente do subjuntivo e pretérito imperfeito do subjuntivo, respectivamente, por exigência do contexto; ocorre uma adequação ao conteúdo modo-tempo-aspectual do verbo a que essas orações se subordinam.

Já o uso de ‘gostaria’, ‘espero’ e ‘esperava’ ocorre por opção do falante. Devido à escolha do locutor, adequando-se à situação em que produz o enunciado, são utilizadas as marcas de MTA de futuro do pretérito (modo indicativo), presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo. Nada no contexto linguístico o obriga a fazer essas escolhas.

Em períodos simples, a escolha de marcas de MTA também é opcional. Não há nenhum elemento do contexto linguístico que leve o falante a utilizar, por exemplo, um verbo no presente do indicativo, no pretérito perfeito, no pretérito imperfeito do indicativo, no futuro do presente (indicativo) ou no futuro do pretérito (indicativo):

(3) Eu *trabalho* na empresa X.

Eu *trabalhei* na empresa X.

Eu *trabalhava* na empresa X.

Eu *trabalharei* na empresa X.

Eu *trabalharia* na empresa X.

O locutor utiliza essas marcas de MTA por opção; de acordo com situações externas variadas, fará a escolha por conteúdos de MTA diferentes. Caso trabalhe na empresa no momento do enunciado, utilizará o verbo no presente do indicativo. Se tiver trabalhado na empresa e quiser reforçar o aspecto habitual / frequente desse evento, usará a forma de pretérito imperfeito do indicativo.

Sendo o objetivo marcar que esse evento se deu num determinado momento do passado, realiza o verbo no pretérito perfeito do indicativo. Na hipótese de querer expressar que trabalhará na empresa com certeza, escolhe a marca de futuro do presente (indicativo); já se quiser indicar que trabalharia caso isso fosse possível, opta pela forma que expressa futuro do pretérito (indicativo).

Verificamos, então, que as marcas de MTA seriam consideradas derivacionais tendo em vista o critério obrigatoriedade. A utilização dessas marcas ocorre, em geral, por opção do

falante, de acordo com os seus objetivos e a situação em que se encontra. Com exceção de verbos que ocorrem em orações subordinadas, não há condicionamento linguístico para a escolha de afixos que manifestam conteúdos modo-tempo-aspectuais.

Com relação aos conteúdos número-pessoais, os casos em que ocorrem *zeros morfológicos* evidenciam a ausência de expressão; isso ocorre, muitas vezes, na indicação de P3 ('cantaria', 'cantava', 'cantara', 'cantará', 'canta'). Como afirma Winter (2011), os *zeros morfológicos* demonstram que a expressão de uma categoria não é obrigatória. Há ainda situações em que aplicabilidade dos afixos de NP não ocorre plenamente, como vemos abaixo no item 5.3.

Aplicabilidade

Como mostra Gonçalves (2011), autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação alegam que processos flexionais são plenamente aplicáveis, não deixam lacunas, ao contrário de processos derivacionais. Focalizando os afixos verbais do português, verificamos que as marcas de MTA, realmente, são aplicáveis a quaisquer bases verbais. Desse modo, todos os verbos³ na língua podem receber marcas de MTA.

Como afirma Gonçalves (2011), para ilustrar essa alta generalidade, podemos verificar o uso de afixos de MTA em verbos novos, criados há pouco tempo na língua: 'escanearia', 'twittava'; 'twittarei'; 'downloadava'. Pelo critério aplicabilidade, seriam as marcas de MTA, realmente, flexionais.

Já as marcas de número-pessoa não são aplicáveis a qualquer verbo, pois, muitas vezes, deixam lacunas:

Os estudos sociolinguísticos revelam que a concordância verbal constitui um fato variável, ou seja, a concordância pode ser concretizada ou não pelo usuário da língua em função de fatores diversos de natureza linguística e extralinguística (VIEIRA, 2007, p.87).

Isso leva a que afixos de NP não sejam totalmente aplicáveis; dados como 'tu compra; nós compra; eles compra' demonstram que "as marcas de concordância podem não ser utilizadas em algumas variantes do português brasileiro" (GONÇALVES, 2005, p. 161).

³ Por mais que, em *Breviários de Conjugação Verbal* (REIS, 1982), afirme-se que alguns verbos não se realizam em alguns tempos verbais, acreditamos que, no uso efetivo da língua, o falante adapta os verbos à expressão de todos os contextos modo-tempo-aspectuais.

Outro fato que demonstra não serem sufixos número-pessoais aplicáveis a qualquer base verbal é a defectividade. Vários autores que abordam o mecanismo da flexão verbal mostram que os paradigmas número-pessoais apresentam defectividade (KOCH e SOUZA E SILVA, 1989; MONTEIRO, 1991; LOPES, 2003; ZANNOTO, 2006). Há verbos que não podem receber quaisquer afixos de NP.

A título de ilustração, podemos citar os verbos que expressam fenômenos da natureza; esses verbos só se atualizam na 3ª pessoa do singular: ‘relampeja’; ‘relampejou’; ‘relampejará’. “Como tais verbos expressam um fenômeno natural, seu significado não é compatível com o de marcas morfológicas que pressupõem um sujeito” (GONÇALVES, 2005, p. 42).

Em outras palavras, esses verbos não pressupõem semanticamente a existência de um participante do evento verbal. Dados como ‘Choveram aplausos’ ocorrem, porque o sentido do verbo muda, ativando outra cena e admitindo um participante do processo: ‘aplausos’. Existem outros exemplos de verbos que, mesmo não indicando fenômenos da natureza, são defectivos, pois só são utilizados em P3 e P6. Dentre estes, podemos citar, por exemplo, ‘constar’, ‘soar’, ‘ocorrer’.

O significado de P1 também não é totalmente aplicável a verbos: quando um verbo se encontra no imperativo, marcas de P1 não são utilizadas. Isso se deve à incompatibilidade semântica; uma pessoa não dá conselhos ou ordens a si própria. Verbos como ‘falar’⁴, ‘colorir’, ‘comedir’, ‘abolir’, ‘aguerrir’, ‘florir’, ‘ressarcir’ não apresentam também o uso de P1 no presente do indicativo.

Os casos de defectividade e de variação na concordância verbal apontam para lacunas na generalidade de aplicação das marcas número-pessoais, o que constitui característica derivacional desses afixos. A aplicabilidade é, então, mais um critério que demonstra que a separação discreta entre flexão e derivação não parece ser a mais adequada a uma análise efetiva dos dados. Marcas de MTA apresentam alta generalidade; já marcas de NP podem não ser aplicáveis em algumas variedades da língua. Além disso, alguns significados número-pessoais não se compatibilizam com qualquer verbo, perdendo, com isso, em generalidade.

⁴ Reis (1982), em seu *Breviário de Conjugação verbal*, defende que, na norma padrão, as formas de ‘abolir’ que se realizam começam necessariamente com a terminação com ‘i’ ou ‘e’. Já, no verbo ‘falar’, as formas que se realizam devem ter necessariamente um ‘i’ depois do ‘l’. Verbos como ‘aguerrir’, ‘florir’, ‘ressarcir’ atendem ao padrão de ‘falar’. Já ‘colorir’ e ‘comedir’ seguem ‘abolir’. Apesar de algumas das formas não previstas por Reis (1982) ocorrerem no uso mesmo não estando de acordo com a norma padrão, as formas em P1 do presente do indicativo não são utilizadas: *‘abulo’, *‘falo’, *‘floro’ etc.

Problemas na organização por paradigmas

Como afirma Booij (2006), os autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação afirmam que, na morfologia flexional, ocorre organização por paradigmas. O autor verifica que, muitas vezes, nas línguas do mundo, algumas características fazem com que essa organização paradigmática não seja garantida. Verificamos algumas evidências linguísticas que nos levam a questionar o paradigma na flexão.

Conteúdos modo-tempo-aspectuais nem sempre se manifestam por afixos ('cantare**mos**'); ocorrem também materializações sintáticas ('vamos cantar'). Em outras palavras, o meio de expressão do conteúdo pode ser sintático, pelo uso de mais de uma palavra, e não morfológico, através do uso de afixos. Mesmo quando a realização é morfológica, pode realizar-se através de uma marca inesperada ('cantá**vamos**' no contexto de futuro do pretérito) ou por fusão ('p[**ε**]ga'). Os conteúdos número-pessoais, por exemplo, só se realizam morfológicamente, mas essa manifestação ocorre através de acréscimo de sufixo ('joga**mos**') ou por fusão ('t[**i**]ve' / 't[**e**]ve').

Há outros aspectos que causam lacunas na idealização do paradigma na flexão. Entre esses aspectos, podemos citar a existência de mais de uma classe num mesmo paradigma (há três conjugações verbais no português). Outra falha na organização paradigmática é a ocorrência de cumulação numa mesma marca: são expressos número e pessoa, em NP, e modo, tempo e aspecto, em MTA.

Outro fator que comprova não haver, em português, organização paradigmática plena, em MTA e NP, é a alomorfia. Utilizam-se, por exemplo, as marcas *-va* e *-ia* para indicar pretérito imperfeito do indicativo. Além disso, ocorre acréscimo de afixo ou fusão para expressar um conteúdo de MTA ou NP: *-ria* expressa FUTURO DO PRETÉRITO; vogal média aberta indica PRESENTE; vogal alta indica P1 e *-mos* indica P4). Às vezes, a fusão é levada às últimas consequências (GONÇALVES, 2005; VIVAS, 2011), criando formas supletivas. Nesses casos, ocorrem formas completamente diferentes para expressar conteúdos diferentes de NP: '*sou*', '*é*', '*são*' (verbo 'ser') e de MTA '*eu vou*', '*eu ia*', '*se eu for*' (verbo 'ir').

Caso se defenda que a flexão se caracteriza por formar paradigmas, a observação de lacunas nos padrões de MTA e NP fornecem mais evidências de que esses conteúdos

apresentam características derivacionais e essas particularidades precisam ser consideradas numa análise das marcas verbais do português.

A visão por protótipos para as marcas de MTA e NP: um ensaio de uma análise gradiente das marcas verbais

Quanto mais atributos da flexão apresentar uma marca, mais flexional esta será. Caso um expediente morfológico de MTA ou NP tenha todos os atributos desse processo morfológico, será esse expediente uma marca flexional prototípica. Abordar flexão e derivação através da noção de prototipicidade é 1) considerar que as marcas morfológicas de cada processo não são idênticas; 2) entender que marcas flexionais e derivacionais são flexíveis e 3) acreditar numa maleabilidade entre as fronteiras morfológicas flexão e derivação.

Defendemos a ideia de que flexão e derivação devem ser processos entendidos através da noção de protótipo. O protótipo flexional é aquele que atende a todas as características da flexão⁵: estável semanticamente (ES); estável categorialmente (EC); não envolvido na criação de palavras (NC); expresso por um meio de expressão morfológica – relação unívoca (RU); produtivo (PR); obrigatório (OB); com alta aplicabilidade (AP) e organizado de modo paradigmático (OP). Há marcas de MTA e NP que não apresentam uma série de atributos do processo flexional, mas, ao contrário, têm características derivacionais. Abaixo, apresentamos a formalização do protótipo flexional:

(4) Protótipo flexional:

ES	EC	CP	RU	PR	OB	OP	AP
+	+	+	+	+	+	+	+

Palavras finais

Na língua, existe um padrão descrito pelos estudos morfológicos estruturalistas e gerativistas, em que afixos de MTA e NP indicam os conteúdos modo-tempo-aspectuais e

⁵ Existem outras características que definem a flexão em oposição à derivação e, caso haja o interesse de dispor todas as marcas de MTA e NP num *continuum*, o ideal é considerar todos os atributos já apresentados na literatura morfológica. Entretanto, só utilizamos aquelas características que foram apresentadas anteriormente ao demonstrarmos uma série de características derivacionais em MTA e NP.

número-pessoais e não mudam a classe do verbo. Entretanto, defendemos a existência de outros padrões (derivacionais) realizados por essas marcas.

O uso de determinadas marcas de MTA não é obrigatório. É possível, por exemplo, utilizar ‘vou jogar’; a marca *-re* não é obrigatória. Isso leva a que determinadas estratégias de manifestação se tornem improdutivas (‘cantara’ é improdutivo, já que o falante do português utiliza ‘tinha cantado’).

Além disso, é possível alimentar a criação de palavras através de marcas de participípio, infinitivo, gerúndio ou por meio de formas verbais desenvolvidas no PRESENTE DO INDICATIVO e em P3. A constatação de que ocorrem lacunas na aplicabilidade de marcas de NP é mais um motivo para defendermos que uma visão discreta flexional não é a mais eficiente para as marcas verbais do português. Verificamos ainda que uma série de aspectos analisados leva a vários questionamentos com relação à organização paradigmática dos conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais do português.

Esses aspectos analisados demonstram que uma visão que separa totalmente os processos flexional e derivacional não dá conta efetivamente dos dados. Existem padrões não-flexionais nas marcas verbais de MTA e NP; esses padrões não devem ser ignorados na descrição morfológica do português.

Referências

BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BOCHNER, H. Inflection within derivation. *The Linguistic Review* 3, pp. 411-421, 1984.

BOOIJ, G. Inflection and derivation. In: BROWN, K. et al. (Eds.). *Encyclopedia of language and linguistics*. 2. ed. Oxford: Elsevier. v. 5, pp. 654-661, 2006.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: _____. *Studies on Semantic in Generative Grammar*. Mouton: The Hague, 1970. p. 11-61.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

COLNAGHI, C. *Flexão e Derivação: um labirinto gramatical*. Passo Fundo: UPF, 2006.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e Derivação em Português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2005.

_____. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011.

HALLIDAY, M. A. K. Linguistics and machine translation. *Zeitschrift fuer Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung*, 15, 1962.

JACKENDOFF, R. Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language*, 51, 1975.

KOCH, I. G. V.; SOUZA E SILVA, M. C. P. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LOPES, C. A. G. *Lições de Morfologia de Língua Portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbos, 2003.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

ROSA, M. C. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

ROCHA LIMA, L. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

VIEIRA, S. R. Concordância verbal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. B. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 85-102.

VIVAS, V. M. *Novos enfoques sobre a flexão verbal em português: abordagem formal e semântica do mecanismo fusão*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2011.

WINTER, C. Inflection and derivation. *Ling*, 481/581, 2011.

ZANNOTO, N. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna/Caxias do Sul: Educus, 2006.